

AMPLIAÇÃO DA PESQUISA SOBRE FAVORECIMENTO DE PARTES RELACIONADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso

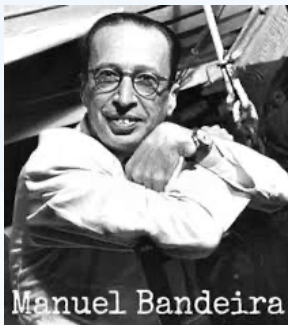
Prof. Dr. Gustavo Cesário



**ESCOLA BRASILEIRA
DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE
EMPRESAS**

Vou-me embora pra Pasárgada (Manuel Bandeira, 1930)

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei



Manuel Bandeira

(1886-1968)

Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive...

Amigo do rei = Parte relacionada



As 10 empresas que mais doaram em 2014 ajudam a eleger 70% da Câmara

Financiadores colaboraram com 360 das 513 campanhas eleitas; bancadas apoiadas por 6 grupos são maiores que as

José Roberto de Toledo, Lucas de Abreu Maia e Rodrigo Burgarelli, O Estado de S. Paulo
08 de novembro de 2014 | 03h00

São Paulo - Sete de cada dez deputados federais eleitos receberam recursos de pelo menos uma das dez empresas que mais fizeram doações eleitorais em 2014. Os top 10 doadores contribuíram financeiramente para a eleição de 360 dos 513 deputados da nova Câmara: 70%. É uma combinação inédita de concentração e eficiência das doações por parte das contribuidoras.

Uma das principais razões para isso ter acontecido foi que, como suas assessorias costumam dizer, as empresas não privilegiam "nenhum partido, candidato ou corrente política". Ao contrário, elas buscam o mais amplo espectro possível. Os 360 deputados

DESTAQUES EM POLÍTICA



Bolsonaro é aconselhado a substituir Salles e Ernesto Araújo



Datena entra no ar em seu programa de rádio e encerra chance de se candidatar a prefeito de SP



Delegado descarta participação de Escritório do Crime em execução de Marielle

“As 10 empresas que mais doaram em 2014 ajudaram a eleger 70% da Câmara dos Deputados.”

(O Estado de S. Paulo, 08 Nov, 2014)

Maiores doadores têm negócios e créditos com governo federal

Prática que se repete a cada eleição no país reforça relação de dependência entre empresas e Estado

Henrique Gomes Batista, Alexandre Rodrigues, Marcelo Remigio e Fernanda Krakovics
08/08/2014 - 06:00 / Atualizado em 09/08/2014 - 11:32

“Maiores doadores têm negócios e créditos com o governo federal
(...) isto reforça a dependência entre o Estado e as empresas.”
(O Globo, 8 Out, 2014).

- Após a proibição de doações de empresas em 2016, sócios e proprietários de empresas se tornaram os principais doadores de campanha.
 - Eleições 2018 – principais doadores eram proprietários ou pessoal-chave da administração de grandes empresas (TSE, 2018; Cesário, 2020).

Três em cada cinco vereadores eleitos em cidades grandes receberam doação de empresários

Levantamento é referente aos 94 municípios com mais de 200 mil eleitores; foram repassados mais de R\$ 31,1 milhões

Pedro Capetti
28/11/2020 - 13:30

Eleições 2020: Metade dos prefeitos eleitos teve doação de empresários

Levantamento leva em conta campanhas nas 94 cidades com mais de 200 mil eleitores. Lei autoriza repasses de recursos públicos e de pessoas físicas

Pedro Capetti
04/12/2020 - 04:30 / Atualizado em 04/12/2020 - 07:05

Em 2020, 3 em cada 5 vereadores eleitos e a metade dos prefeitos eleitos em grandes cidades [+200k eleitores] receberam doações de donos de empresas (...) mais de R\$ 60 milhões. (O Globo, 28 Nov, 2020; 04 Dez, 2020).

- O fundo eleitoral aumentou sobremaneira os recursos partidários:
 - Eleições 2018 – o maior partido brasileiro teve acesso a R\$ 234 milhões (TSE 2018).
 - Eleições 2020 – R\$ 1,39 bilhões foram distribuídos entre 21 partidos (TSE 2020).

PESQUISAS ACADÊMICAS ANTERIORES



Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies: Theory and Evidence from Brazil
 Author(s): David Samuels
 Source: *Comparative Politics*, Vol. 34, No. 1 (Oct., 2001), pp. 23-42
 Published by: Comparative Politics, Ph.D. Programs in Political Science, City University of New York
 Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/422413>
 Accessed: 23-07-2019 00:31 UTC

REFERENCES

Linked references are available on JSTOR for this article:
http://www.jstor.org/stable/422413?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents
 You may need to log in to JSTOR to access the linked references.

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <http://about.jstor.org/terms>

O Poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010)

Mariana Batista
 Doutoranda em Ciência Política
 Universidade Federal de Pernambuco

Brazilian Studies Programme, University of Oxford, Occasional Paper 03-08

Coalitional Presidentialism and Side Payments: Explaining the Mensalão Scandal in Brazil¹

Carlos Pereira
 Michigan State University

Timothy J. Power
 University of Oxford

Eric D. Royle
 North Dakota State University

Occasional Paper Number
 BSP-03-08

Abstract

The Brazilian mensalão scandal of 2004-2005, which involved illegal monthly side-payments from the executive's office to legislators, poses a puzzle: Why would a publicly popular and constitutionally powerful president need to use illegal means to generate legislative support? We argue that Luiz Inácio Lula da Silva faced initial bargaining conditions and constraints that made using unethical means of generating legislative support difficult. In particular, Lula's Workers' Party was, for historical reasons, a fractured one that lacked consensus and that estranged other parties. Additionally, the relative ideological extremity of his party made bargaining with the rest of the legislature expensive. Finally, he faced policy constraints imposed by the international financial community that required him to take positions on fiscal policies that alienated core supporters. We argue that these difficult conditions contributed to strategic choices that left few conventional options for the executive in terms of generating legislative support.

Resumo

O chamado escândalo do "mensalão" de 2004-2005, o qual envolveu pagamentos ilegais a membros do Poder Executivo a parlamentares, apresenta uma pergunta fascinante: Por que um presidente constitucionalmente forte e com grande respaldo popular precisaria empregar medidas ilegais para conseguir apoio legislativo? O nosso argumento é que Luiz Inácio Lula da Silva enfrentou condições iniciais de barganha que tornaram difíceis as estratégias rotineiras para se construir uma maioria parlamentar. Em primeiro lugar, o Partido dos Trabalhadores (PT), devido à sua história histórica, era um partido caracterizado por facções internas e demonstrava desconfiança face aos demais partidos. Além disso, o relativo extremismo ideológico do PT aumentava os custos das negociações com os outros atores no interior do Poder Legislativo. Finalmente, Lula enfrentou as limitações impostas pela comunidade financeira internacional, que obrigaram o presidente a defender políticas fiscais realizadas por militares históricos do PT. Sustentamos que essas difíceis condições levaram à escolha estratégica de medidas ilegais que deixaram poucas opções convencionais para o Poder Executivo conquistar apoio parlamentar.

¹ The paper was originally prepared for the BSP Workshop on "Corruption and Accountability in Brazil" held in Oxford on 23 May 2008. We thank the participants, especially Matthew Taylor, for helpful comments.

Políticos [no Brasil] não dependem de suas propostas para vencer as eleições, mas de recursos de campanha [...] Doadores seguem as carreiras dos políticos e exploram suas influências sobre as decisões de gastos públicos em diferentes governos (Samuels, 2001).

O multipartidarismo fragmenta a relação entre o executivo e o legislativo; uma coalizão é necessária para governar (Batista, 2013; Pereira, Bertholini, & Raile, 2016).

Isso aumenta o poder dos principais integrantes do legislativo, dando a eles significativa influência sobre as decisões feitas pelo executivo (Arretche & Rodden, 2004; Figueiredo & Limongi Neto, 2008).

PARTES RELACIONADAS - DEFINIÇÃO

Partes são consideradas relacionadas quando uma controla a outra, estão sujeitas a um controlador comum, ou **uma delas exerce influência significativa sobre a outra parte** ([IPSAS 20 ¶ 4], IPSASB, 2018, MCASP 9ª ed. Parte V Cap. 10.2.1).

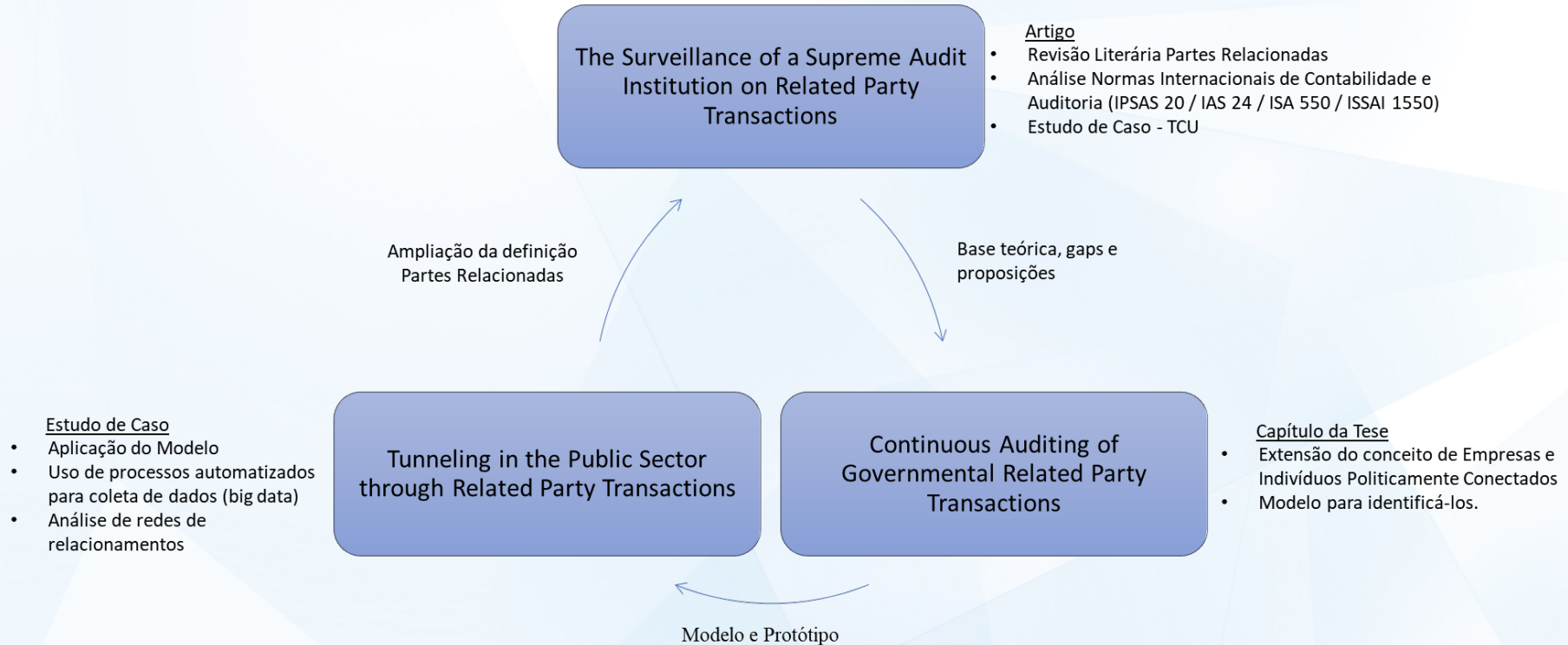
Influência significativa:

- Pessoal-chave da administração;
- Intercâmbio do corpo diretivo;
- Participação no processo de criação de políticas;
- Materialidade de transações com um organização econômica;
- Dependência de informações técnicas.

FAVORECIMENTO = VANTAGEM INDEVIDA (LEI 12.846/2013)

Pergunta de Pesquisa

Esta definição é suficiente para evitar transações no setor público que não seguem condições justas de mercado?



THE SURVEILLANCE OF A SUPREME AUDIT INSTITUTION ON RPTs

CESARIO, CARDOSO & ARANHA (2020)



METODOLOGIA DE ANÁLISE

- Análise das normas internacionais de contabilidade e auditoria.
- Análise das cartas comentários para as propostas de revisões e emendas nas normas.
- Análise de 59.543 decisões do TCU, entre 2008/2019, através da implantação de uma análise de tópicos formulada a partir de latent Dirichlet allocation (LDA).

THE SURVEILLANCE OF A SUPREME AUDIT INSTITUTION ON RPTs

CESARIO, CARDOSO & ARANHA (2020)

NORMAS INTERNACIONAIS – PRINCIPAIS RESULTADOS

É dada uma baixa atenção para partes relacionadas no setor público:

- Definição de partes relacionadas é muito estreita.
- IAS 24 e ISA 550 isentam a divulgação de TPRs com empresas controladas pelo governo.
- IPSAS 20 nunca foi submetida para consulta pública.
- ISSAI 1550 apenas reflete a ISA 550.

THE SURVEILLANCE OF A SUPREME AUDIT INSTITUTION ON RPTs

CESARIO, CARDOSO & ARANHA (2020)

DECISÕES TCU - RESULTADOS

Baixa vigilância sobre TPRs:

- Das 59.543 decisões, somente 92 mencionavam Partes Relacionadas.
- Há um maior monitoramento de Nepotismo – 336 decisões.
- Há um monitoramento ainda maior sobre Conflitos de Interesse – 806 decisões.

THE SURVEILLANCE OF A SUPREME AUDIT INSTITUTION ON RPTs

CESARIO, CARDOSO & ARANHA (2020)

PORTANTO...

Há uma tempestade perfeita:

- Normas internacionais que não cobrem muitas das influências significativas no setor público.
- Um baixo monitoramento de TPRs pelo Tribunal de Contas da União.
- Um sistema político que incentiva coalizões e conluíus.

EXTENSÃO DO CONCEITO DE EMPRESAS POLITICAMENTE CONECTADAS

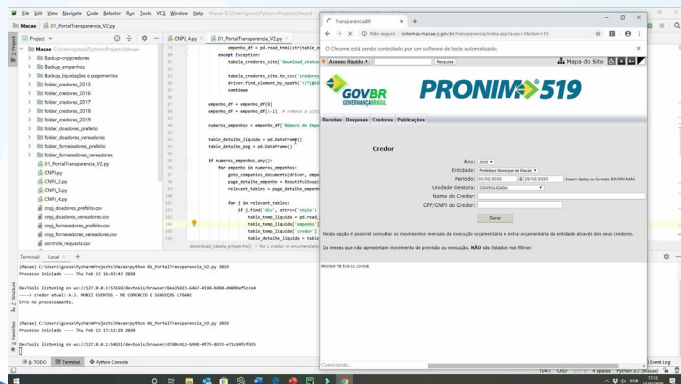
- Definição (Faccio, 2006)
 - Se os sócios ou diretores são:
 - membros do parlamento
 - ministros ou mandatários do Estado
 - Relacionamento próximo com um integrante de alto escalão do governo



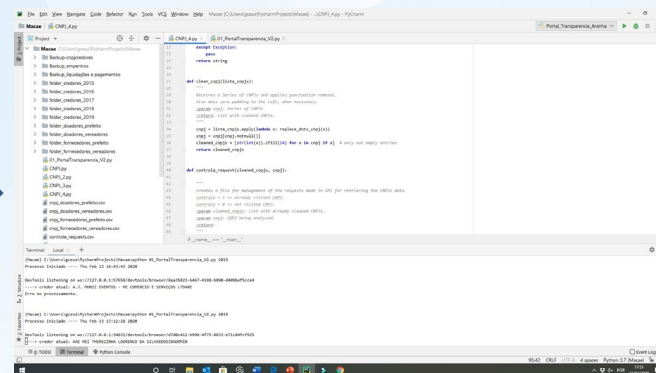
Definição Estendida

ESTUDO DE CASO (2015-2019)

Município	N
Credores	3.256
Empenhos	27.041
Liquidações	50.345
Pagamentos	54.469
Contratos	1.591
Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários	45
Servidores Públicos / Funcionários Comissionados	20.235
Câmara dos Vereadores	N
Vereadores — Mesa Diretora / Principais Comissões	22
Servidores Públicos / Funcionário Comissionados	407
Tribunal Superior Eleitoral	N
Doadores de Campanha	617
Fornecedores de Campanha	1.622
Filiação Partidária (20 Partidos)	15.574
Receita Federal	N
Informações dos Sócios das Empresas Credoras	4.038



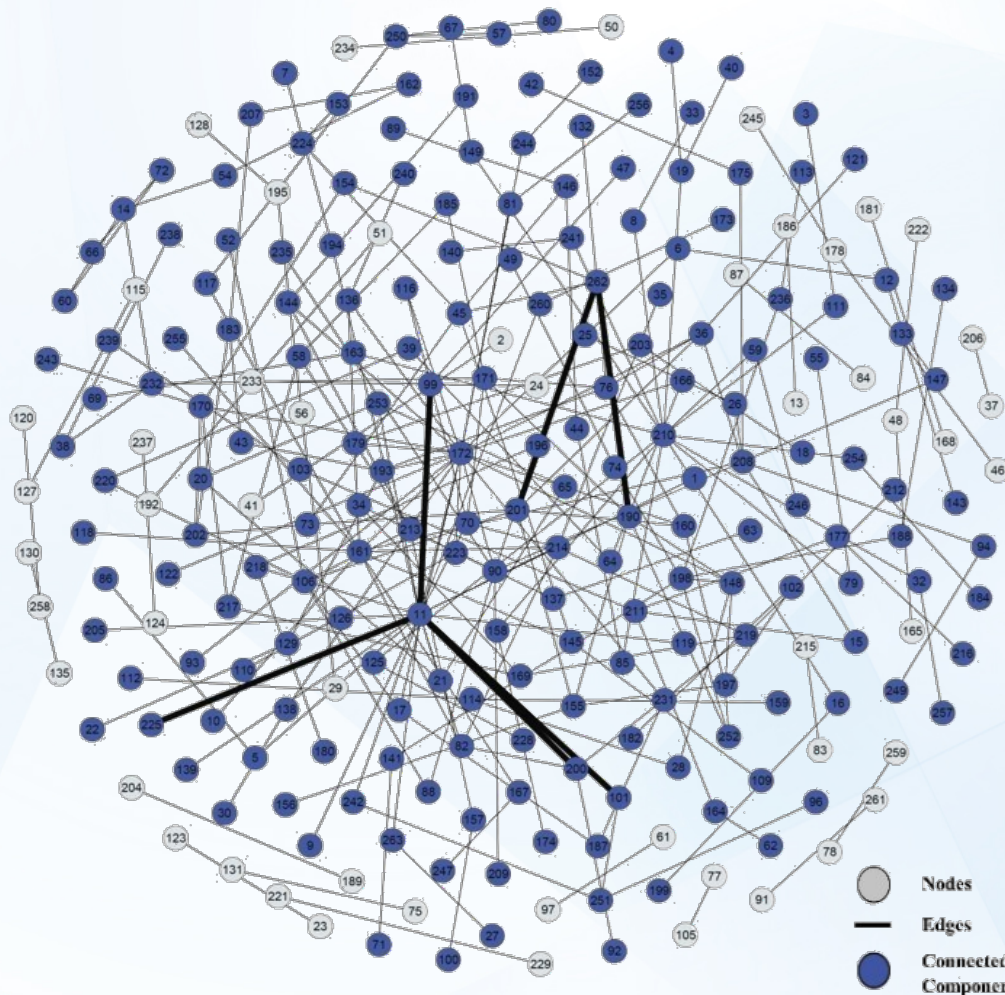
RFB



TSE



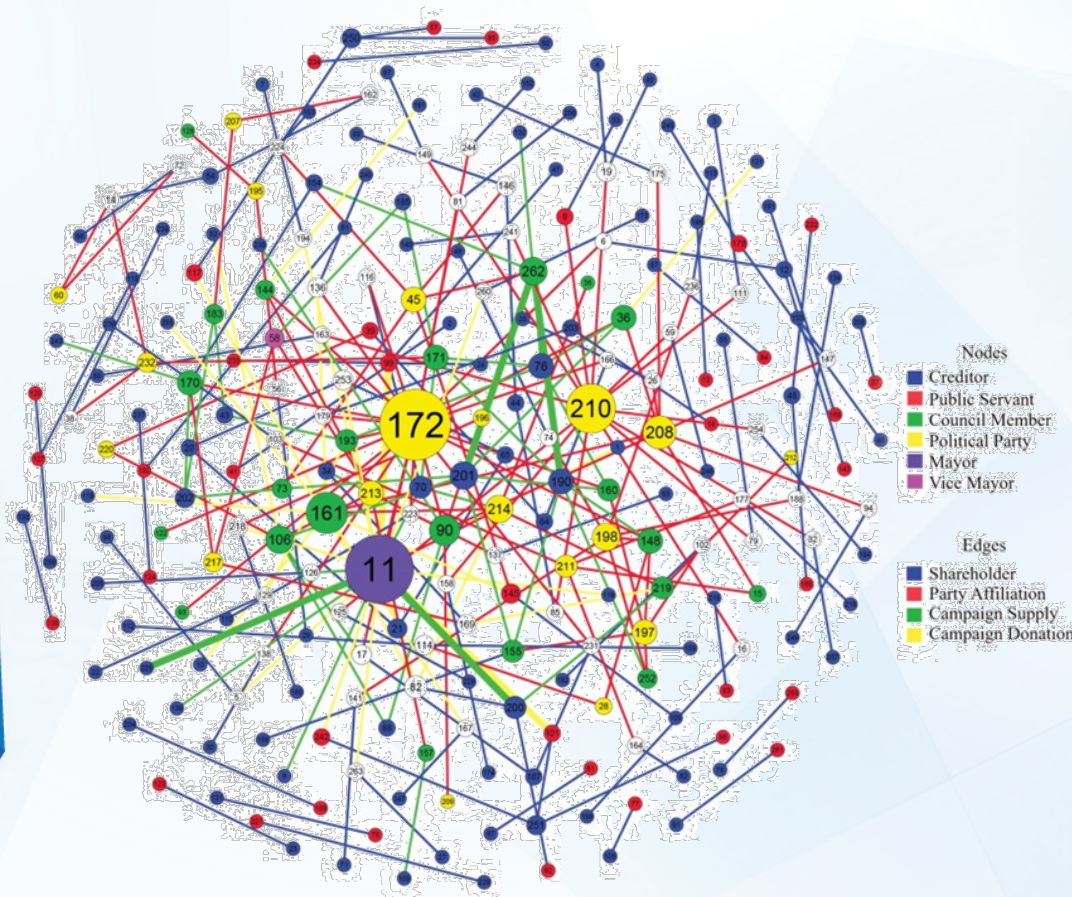
Conexões Políticas



Rede altamente conectada = 78.95%

Rede com baixa densidade = 0.009

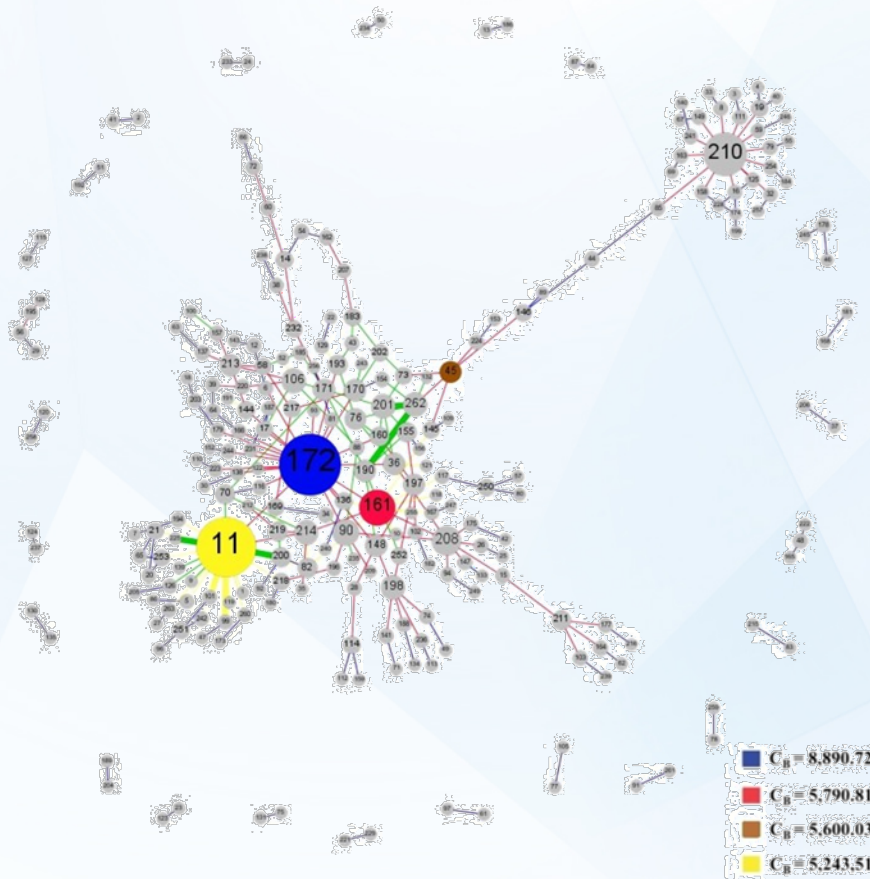
Teoria dos buracos estruturais:
informação e recursos são mais valiosos
em redes com baixa densidade (Burt,
1992)



O prefeito (id 11) e seu partido político (id 172) detém a maior influência na rede.

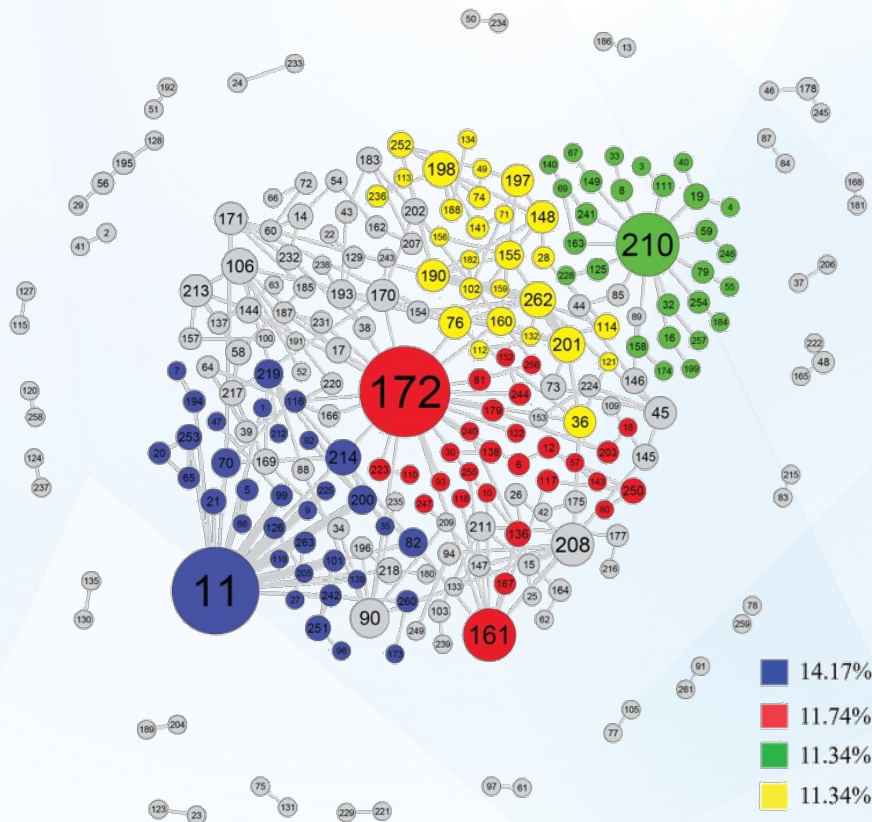
A maioria dos funcionários públicos estão na periferia da rede sem conexão com os demais membros.

Como funcionários públicos têm informações privilegiadas, eles têm acesso a contratos independentemente de suas conexões políticas.



O prefeito (id 11), seu partido político (id 172), um influente vereador (id 161) e o partido político do presidente da câmara (id 45) são os pontos centrais na rede.

Eles têm papel preponderante no fluxo de informações de um ponto a outro da rede, agindo como pontes, encurtando o caminho da informação.



4 grupos englobam 48.65% dos integrantes da rede.

Azul = prefeito

Vermelho = partido do prefeito

Verde = partido da coalizão do prefeito

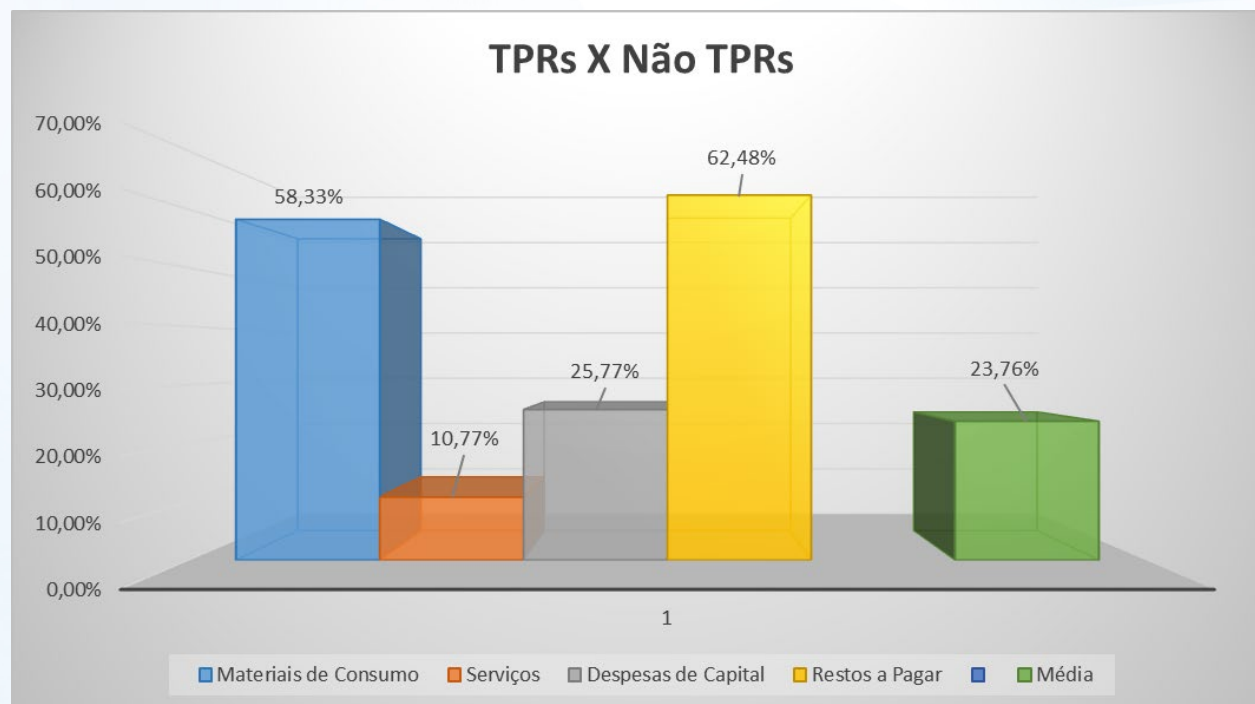
Amarelo = câmara dos vereadores

Governos criam redes de relacionamento altamente conectadas com empresas e indivíduos com influência política.

Análise de Favorecimento

Tempo decorrido (Liquidação – Pagamento)

Ano	Selic	IGPM
2015	14.15%	10.54%
2016	13.65%	7.17%
2017	6.9%	-0.52%
2018	6.4%	7.54%
2019	4.4%	7.30%



*Despesas de Capital – relação não significativa

GENERALIZED POISON REGRESSION MODEL

	MODEL 1	MODEL 2	MODEL 3
Campaign Donor	0.007 (0.083)	-0.164** (0.081)	-0.175** (0.082)
Campaign Supplier	0.154** (0.063)	-0.033 (0.061)	0.052 (0.063)
Party Affiliation	-0.716*** (0.071)	-0.636*** (0.066)	-0.571*** (0.067)
Public Servant/Comissioned Employee	0.096 (0.098)	-0.032 (0.095)	0.083 (0.096)
Constant	2.822 (0.049)	0.717 (0.057)	0.613 (0.084)
Fixed Effects (Year)	No	Yes	Yes
Fixed Effects (Type of Expense)	No	No	Yes
Controls	Yes	Yes	Yes
Robust Standard Errors	Yes	Yes	Yes
Observations	24,301	24,301	24,301
Wald χ^2	121.46***	9904.71***	10215.73***
Pseudo R-squared	0.008	0.282	0.293

Robust standard errors in parentheses

*** p<0.01, ** p<0.05, *p<0.1

PROPENSITY SCORE MATCHING

	MODEL 4	MODEL 5
ATE		
Campaign Donor (1 vs 0)	-4.511***	-4.059***
Robust Standard Errors	(1.097)	(1.097)
z-score	-4.11	-3.70
Observations	19,078	19,078
ATE		
Campaign Supplier (1 vs 0)	-4.710***	-4.179***
Robust Standard Errors	(0.833)	(0.833)
z-score	-5.65	-5.66
Observations	21,429	21,429
ATE		
Party Affiliation (1 vs 0)	-6.510***	-6.548***
Robust Standard Errors	(1.584)	(1.584)
z-score	-4.11	-4.13
Observations	24,090	24,090
ATE		
Public Servant/Comissioned Employee (1 vs 0)	2.300	2.280
Robust Standard Errors	(2.151)	(2.151)
z-score	1.07	1.06
Observations	20,445	20,445
Robust Standard Errors	Yes	Yes
Bias Reduction	No	Yes
Match - Year	Exact	Exact
Match - Type of Expense	Exact	Exact
Match - Payment Amount (Log)	Nearest	Nearest
Robust standard errors in parentheses		
*** p<0.01, ** p<0.05, *p<0.1		

Favorecimento nos prazos de pagamento tem uma relação direta com doadores de campanha, fornecedores de campanha e filiados de partidos políticos.

Não foi encontrado favorecimento em prazos de pagamento para empresas de servidores públicos.

IPSAS 20 / NBC TSP 22 / MCASP V.10 PRECISAM INCLUIR CONEXÕES POLÍTICAS

COMO PARTES RELACIONADAS:

- Filiados de partidos políticos;
- Doadores de campanha;
- Fornecedores de campanha;
- Mandatários do executivo;
- Membros do legislativo;
- Servidores públicos e funcionários comissionados.

- e seus familiares próximos.

Análise de Contratos Superfaturados X Não Superfaturados

AMPLIAÇÃO DA PESQUISA SOBRE FAVORECIMENTO DE PARTES RELACIONADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso

Prof. Dr. Gustavo Cesário



ESCOLA BRASILEIRA
DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE
EMPRESAS